

# Contrato de Prestação de Serviços SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Entre:					
Centro de Promo	cão Social, cor	n sede em Carvalhais	. com o NIF 5	502639709. re	epresentado pela
		o, adiante designado			
			•	_	-
titular do Cartão	de Cidadão/ D	ocumento de Identifi	cação n.º		com a validade/
		residente em			
	titular do Cart	ão de Cidadão/ Docu	mento de Ider	ntificação n.º	
com a validade/	emitido em _	re	sidente em _		na
qualidade de		, celebram entre s	i um contrato	de prestação	de serviços, nos
termos e nas cláu:	sulas seguintes	:			
		CLÁUSULA	т		
		Objeto do con			
•	•	mete-se a prestar cu		• .	•

	% de comparticipação	Opção	
Dias Úteis	2 (sem alimentação)	25%	
	2	30%	
	3	35%	
	4	40%	
	5	50%	
Dias Úteis, fins-de- semana e feriados	2 (sem alimentação)	35%	
	2	40%	
	3	50%	
	4	55%	
	5	65%	

# CLÁUSULA II Direitos e deveres do Primeiro Outorgante

#### 1. São direitos dos utentes:

- a) O respeito pela sua identidade pessoal e reserva de intimidade privada e familiar, bem como pelos seus usos e costumes;
- b) Ser tratado com consideração, reconhecimento da sua dignidade e respeito pelas suas convicções religiosas, sociais e políticas;
- c) Obter a satisfação das suas necessidades básicas, físicas, psíquicas e sociais, usufruindo do plano de cuidados estabelecido e contratado;
- d) Ser informado das normas e regulamentos vigentes;
- e) Gerir os seus rendimentos e bens com o apoio da Instituição, sempre que possível e necessário e quando solicitado pelo mesmo;
- f) Participar em todas as atividades, de acordo com os seus interesses e possibilidades;
- g) Ter acesso à ementa semanal, sempre que os serviços prestados envolvam o fornecimento de refeições;

Página **1** de **3** Mod. CPS-AS 057-07

- h) A guarda da chave do seu domicílio em local seguro, sempre que esta seja entregue aos serviços, ou à funcionária responsável pela prestação de cuidados;
- i) A inviolabilidade da correspondência e do domicílio, não sendo, neste caso, permitido fazer alterações, nem eliminar bens ou outros objetos sem a sua prévia autorização e/ou da respetiva família;
- j) Apresentar reclamações e sugestões de melhoria do serviço aos responsáveis da Instituição;
- k) À articulação com todos os serviços da comunidade, em particular com os da saúde

#### 2. São deveres dos utentes:

- a) Colaborar com a equipa do Serviço De Apoio Ao Domicílio na medida das suas capacidades, não exigindo a prestação de serviços para além do plano estabelecido e contratualizado (se houver novas necessidades, pode justificar-se a revisão do contrato de prestação de serviços);
- Tratar com respeito e dignidade os funcionários do Serviço De Apoio Ao Domicílio e os dirigentes da Instituição;
- c) Cuidar da sua saúde e comunicar a prescrição de qualquer medicamento que lhe seja feita;
- d) Participar na medida dos seus interesses e possibilidades, nas atividades desenvolvidas;
- e) Proceder atempadamente ao pagamento da mensalidade, de acordo com o contrato previamente estabelecido.
- f) Observar o cumprimento das normas expressas no Regulamento Interno do Serviço De Apoio Domiciliário, bem como de outras decisões relativas ao seu funcionamento;
- g) Comunicar por escrito à Direção, com 15 dias de antecedência, quando pretender suspender o serviço temporária ou definitivamente;

### CLÁUSULA III Direitos e deveres do Segundo Outorgante

#### São direitos da Instituição:

- a) Ver reconhecida a sua natureza particular e, consequentemente, o seu direito de livre atuação e a sua plena capacidade contratual;
- b) À corresponsabilização solidária do Estado nos domínios da comparticipação financeira e do apoio técnico;
- c) Proceder à averiguação dos elementos necessários à comprovação da veracidade das declarações prestadas pelo utente e/ou familiares no ato da admissão;
- d) Fazer cumprir com o que foi acordado no ato da admissão, de forma a respeitar e dar continuidade ao bom funcionamento deste serviço;
- e) Ao direito de suspender este serviço, sempre que os utentes, grave ou reiteradamente, violem as regras constantes do presente regulamento, de forma muito particular, quando ponham em causa ou prejudiquem a boa organização dos serviços, as condições e o ambiente necessário à eficaz prestação dos mesmos, ou ainda, o relacionamento com terceiros e a imagem da própria Instituição;

#### 2. São deveres da Instituição:

- a) Respeito pela individualidade dos utentes proporcionando o acompanhamento adequado a cada e em cada circunstância;
- b) Criação e manutenção das condições necessárias ao normal desenvolvimento da resposta social, designadamente quanto ao recrutamento de profissionais com formação e qualificações adequadas;
- c) Promover uma gestão que alie a sustentabilidade financeira com a qualidade global da resposta social;
- d) Colaborar com os Serviços da Segurança Social, assim como com a rede de parcerias adequada ao desenvolvimento da resposta social;
- e) Prestar os serviços constantes deste Regulamento Interno;
- f) Avaliar o desempenho dos prestadores de serviços, designadamente através da auscultação dos utentes;
- g) Manter os processos dos utentes atualizados;
- h) Garantir o sigilo dos dados constantes nos processos dos clientes;

Página **2** de **3** Mod. CPS-AS 057-07

### CLÁUSULA IV Comparticipação financeira

- 2. A comparticipação mensal será paga até ao dia 15 do mês a que se refere;
- 3. O segundo outorgante tem direito a uma redução de 10% da mensalidade em caso de ausência por doença devidamente comprovada que exceda 15 dias consecutivos;
- 4. Haverá lugar a uma redução de 5% na comparticipação do utente, para familiares de utentes do SAD (casal, pai, mãe, filho/a, sogro/a, genro/nora). Este desconto é aplicado ao segundo elemento e cessa quando o pressuposto de atribuição deixar de se verificar;
- 5. Qualquer outra ausência não será considerada e é devida a respetiva mensalidade.

# **CLÁUSULA V Pagamentos suplementares**

- 1. No caso do primeiro outorgante realizar atividades que careçam de pagamentos suplementares, deve o segundo outorgante ter conhecimento antecipado e autorizar as mesmas, dando o seu aval em documento próprio;
- 3. Os pagamentos suplementares serão pagos no prazo estipulado no nº 2 da cláusula III.

## **CLÁUSULA VI**

#### Condições de alteração, suspensão e rescisão de contrato

- 1. É considerada condição de alteração do contrato a integração noutra resposta social da Instituição;
- 2. São consideradas condições de suspensão ou rescisão do contrato:
- a) Não adaptação do utente;
- b) Insatisfação das necessidades do utente;
- c) Mudança de residência;
- d) Incumprimento das cláusulas contratuais.

# CLÁUSULA VI Vigência do contrato

O presente contrato tem início em \_\_\_/\_\_\_\_, vigorando por tempo indeterminado, até que qualquer das partes o denuncie à outra, por escrito e com a antecedência mínima de 30 dias, caducando, ainda, por falecimento do **segundo outorgante** ou por ser integrado noutra resposta social da Instituição, incompatível com o SAD.

### CLÁUSULA VII Disposições finais

- 1. O segundo outorgante declara ter tomado conhecimento do conteúdo do Regulamento Interno da resposta social, cuja cópia lhe foi facultada no ato de assinatura do presente contrato;
- 2. Depois de lido o contrato, ambos concordam com o seu teor e será outorgado em duplicado, sendo o original arquivado no processo individual do utente e o duplicado entregue ao segundo outorgante.

	, de	de 20
O Primeiro Outorgante		
O Segundo Outorgante		
O Terceiro Outorgante		

Página **3** de **3** Mod. CPS-AS 057-07